

**CONTRATO N.º 001/2025 PROCESSO
Nº. 001/2025 INEXIGIBILIDADE
Nº.001/2025**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
--

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
ADVOCATÍCIOS, DE ASSESSORIA E
CONSULTORIA JURÍDICA UMA VEZ QUE É
IMPRESINDÍVEL A PRESTAÇÃO DOS
SERVIÇOS PARA SUPRIR ÀS
NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL
DE DOLCINÓPOLIS/SP, QUE ENTRE SI
FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE
DOLCINÓPOLIS E A HENRI DIAS E
FERNANDO TOBAL SOCIEDADE DE
ADVOGADOS, COM BASE NO PROCESSO
ADMINISTRATIVO Nº 001/2025 -
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº
001/2025, EM CONFORMIDADE COM O
ART. 74, III, DA LEI FEDERAL 14.133/2021.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE DOLCINÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, com sede a Avenida Elydio Massarenti, 1320, Centro, na Câmara Municipal de Dolcinópolis, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 51.845.378/0001-27, neste ato representado por seu presidente a Sr.º **JOSÉ AUGUSTO DE LEÃO FRANZATO** e, a empresa **HENRI DIAS E FERNANDO TOBAL SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 19.461.580/0001-42, registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de São Paulo, estabelecida a Rua Espírito Santo nº 1458 - Centro - CEP - 15603-078 - Fernandópolis - SP E-mail:-

fernandotobal@hotmail.com, neste ao representada por **FERNANDO LONGHI TOBAL**, do qual a celebração do contrato decorre da nótoria especialização do advogado **FERNANDO LONGHI TOBAL, OAB Nº 221.314**, comprovada mediante apresentação de sua qualificação e capacitação que de modo indiscutível, no qual irá executar os serviços, doravante denominada **CONTRATADA** tendo em vista o **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2025** e **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2025**, tem justos e contratados, conforme cláusulas e condições seguintes:

DA FUNDAMENTAÇÃO

Este contrato decorre do procedimento na modalidade de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2025**, objeto do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.001/2025**, em conformidade com o Artigo 74, III, da Lei Federal n. 14.133 de 01 de Abril de 2021, e as normas vigentes relativas à matéria e as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

O presente contrato tem por objeto a Prestação de serviços técnicos advocatícios, de assessoria e consultoria jurídica uma vez que é imprescindível a prestação dos serviços para suprir às necessidades da Câmara Municipal de Dolcinópolis/SP, com base na proposta de preços apresentada pela CONTRATADA e ratificada pelo CONTRATANTE, conforme **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2025**, do qual resultou a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2025**, que independente de transcrição passam a ser parte integrante deste instrumento contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO.

Os serviços compreenderão as seguintes atividades:

- Realização de análise e elaboração de pareceres jurídicos sobre projetos de lei, decretos legislativos, resoluções e outros atos normativos.
- Representação da Câmara Municipal em eventuais demandas judiciais ou administrativas, assegurando os interesses da instituição.
- Apoio jurídico em processos licitatórios, contratos administrativos e demais procedimentos legais que demandem expertise jurídica.
- Orientação aos parlamentares e servidores quanto à interpretação e aplicação das normas legais e regimentais da Câmara.
- Acompanhamento e suporte em reuniões das comissões permanentes e temporárias, sempre que necessário, garantindo a conformidade legal das deliberações.
- Elaboração de respostas a consultas formais realizadas pela presidência ou parlamentares.
- Proposição de soluções para questões jurídicas que envolvam a administração pública, visando eficiência e segurança jurídica.
- Diagnóstico preventivo de riscos jurídicos em processos internos da Câmara Municipal.
- Capacitação e orientação técnica aos servidores da Câmara em temas relevantes para o cumprimento das obrigações legais.
- Atendimento personalizado às demandas jurídicas específicas dos parlamentares e servidores.
- Discussão presencial de projetos, processos e outras atividades jurídicas em curso.
- Supervisão direta de documentos, processos administrativos e suporte presencial nas sessões legislativas, se necessário.

- Garantir proximidade e acessibilidade para resolução ágil de demandas.

CLÁUSULA SEGUNDA – Vinculação e Legislação Aplicável

Este Contrato vincula-se ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025**, o qual originou o **PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2025**, que o originou com base no Art. 74, III, da Lei Federal n. 14.133 de 01 de Abril de 2021, cujo a Proposta faz parte deste instrumento, como se aqui estivessem transcritos.

PARÁGRAFO ÚNICO

Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal 14.133/2021, especialmente quanto aos casos omissos.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

§ 1º. O presente contrato de prestação de serviços subordina-se ao regime de empreitada por preço global, conforme a proposta apresentada pela contratada, constante dos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025**, o qual originou o **PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2025**, que independente de transcrição integra este instrumento.

CLÁUSULA QUARTA

DO PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, DATA-BASE E PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO.

O valor global do presente instrumento é de **R\$61.200,00**.

§1º. Condição de Pagamento:

a) O pagamento será em 12(doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de

R\$ 5.100,00 (CINCO MIL E CEM REAIS)

§2º. Periodicidade do reajustamento de preços:

O preço de que trata a presente cláusula deste contrato não sofrerá reajuste antes de completos 12 (doze) meses de prazo da execução dos serviços.

§ 3º. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 4º. Os custos referentes a gastos com locomoção (passagens, combustível, taxi e outros), hospedagens e com alimentação da CONTRATADA e de seus assistentes, estão inclusos no valor do presente contrato.

§ 5º. Caso haja prorrogação de prazo, o valor será reajustado anualmente pelo índice do IPCA/IBGE ou, por outro índice oficial estabelecido pelo governo federal.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS

§1º.O presente instrumento de Contrato terá **VIGÊNCIA A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA, VIGORANDO DE 06/03/2025 ATÉ 06/03/2026.**

§ 2º.O prazo acima poderá ser prorrogado, mediante aditivo, conforme art.106,daLei 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSOS FINANCEIROS

§ 1º As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária, consignadas no Orçamento em vigor:

FICHA 008

§ 2º. Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

O CONTRATANTE não exigirá garantia da CONTRATADA relativa à execução do presente contrato, uma vez que a mesma não fora prevista no ato convocatório.

CLÁUSULA OITAVA
DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES E PENALIDADES

§ 1º. Constituem direitos de o CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado no prazo convencionado.

§ 2º. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Garantir condições para que a CONTRATADA execute satisfatoriamente o objeto do presente CONTRATO, assegurando-lhe a necessária autonomia no desenvolvimento de suas ações;
- b) Recrutar os servidores que participarão dos seminários, oficinas de trabalho e cursos de capacitação ministrados pela CONTRATADA durante a realização do presente contrato;
- c) Promover o local, os recursos materiais, equipamentos e coffee break para as reuniões técnicas, quando pertinente;
- d) Manter informada e esclarecida a CONTRATADA, de forma a orientá-la para a correta prestação dos serviços pactuados, dirimindo as questões omissas neste instrumento, assim como lhe dar ciência de qualquer alteração do presente Contrato;
- e) Fiscalizar a efetiva e correta execução do objeto do presente CONTRATO, emitir relatórios quando verificadas irregularidades sanáveis ou não, e se reincidentes ou graves proceder à rescisão do mesmo conforme legislação em vigor.

§ 3º—Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar os serviços acordados com o CONTRATANTE, nas condições estabelecidas;

- b)** Não divulgar dados ou informações relacionadas com o presente contrato nem fornecer cópias de relatórios e documentos a terceiros, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- c)** Prestar ao CONTRATANTE todas as informações e esclarecimentos concernentes ao objeto deste instrumento, quando solicitados;
- d)** Encaminhar ao CONTRATANTE os produtos decorrentes do objeto deste instrumento na íntegra em meio magnético, digital ou internet;
- e)** Orientar os funcionários da Administração municipal nos procedimentos corretos referente ao objeto do contrato;
- f)** Apresentar junto com a Nota Fiscal a descrição formal de todos os serviços executados no período correspondente;
- g)** Apresentar planilha detalhada com os valores referentes a serviços e a insumos provenientes da prestação dos serviços contratados;

§4º.A CONTRATADA sujeita-se às seguintes penalidades:

- I - executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- II - executar o contrato com atraso injustificado, multa de mora nos seguintes limites máximos:
 - a) 0,3%(três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso;
 - b) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso, por cada dia subsequente ao trigésimo.
- III-o valor das multas será deduzido do pagamento da fatura,quando eventualmente existente;
- III - inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de até 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- IV - inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato;

V - causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de até 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – GESTÃO DO CONTRATO

§ 1º. O CONTRATANTE manterá fiscalização sobre a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EXTINÇÃO

O presente contrato poderá ser extinto por qualquer uma das partes, pelos motivos legais previstos nos arts. 137 e 138 da lei 14.133/2021, ou quando convier às partes desde que comunicado à outra, com 30 dias de antecedência, cabendo ao CONTRATANTE efetuar o pagamento deste período ou a CONTRATADA prestar os serviços sem remuneração do mesmo, deste período, conforme o caso, nos seguintes termos:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Estrela D'Oeste /SP, com renúncia a outro por mais especial que seja, para dirimir dúvidas ou questões relativas ao presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas vias) iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Câmara Municipal de Dolcinópolis - SP em 06 de março de 2025.

JOSÉ AUGUSTO DE LEÃO FRANZATO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATANTE

HENRI DIAS E FERNANDO TOBAL SOCIEDADE DE ADVOGADOS
FERNANDO LONGHI TOBAL, OAB Nº 221.314
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1º

2º

ANEXO 01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE DOLCINÓPOLIS
CONTRATADO: HENRI DIAS E FERNANDO TOBAL SOCIEDADE DE ADVOGADOS
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ADVOCATÍCIOS, DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA UMA VEZ QUE É IMPRESCINDÍVEL A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA SUPRIR ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOLCINÓPOLIS/SP

Processo: 001/2025 - Inexigibilidade: 001/2025 - Termo de Contrato: 001/2025

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ato do processo acima referido, objetivando seu registro pelo Tribunal de contas do Estado de São Paulo, será objeto de prévia análise, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, cabendo, para tanto, procedermos à regular habilitação no Sistema de Processo Eletrônico, na conformidade do quanto estabelece a Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pelo órgão/entidade estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) no caso de habilitação do interessado no Sistema de Processo Eletrônico, os dados informados deverão manter-se sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Dolcinópolis, 06 de março de 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

NOME: JOSÉ AUGUSTO DE LEÃO FRANZATO

CARGO: PRESIDENTE

CPF: 399.845.298-27

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

NOME: JOSÉ AUGUSTO DE LEÃO FRANZATO

CARGO: PRESIDENTE

CPF: 399.845.298-27

ASSINATURA: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE: PELO CONTRATANTE:

NOME: JOSÉ AUGUSTO DE LEÃO FRANZATO

CARGO: PRESIDENTE

CPF: 399.845.298-27

ASSINATURA: _____

PELA CONTRATADA:

NOME: FERNANDO LONGHI TOBAL

CARGO: ADVOGADO

CPF: 892.957.811-04

ASSINATURA: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

NOME: JOSÉ AUGUSTO DE LEÃO FRANZATO

CARGO: PRESIDENTE

CPF: 399.845.298-27

ASSINATURA: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

NOME: JOSÉ AUGUSTO DE LEÃO FRANZATO

CARGO: PRESIDENTE

CPF: 399.845.298-27

ASSINATURA: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS(*):

TIPO DE ATO SOB SUA RESPONSABILIDADE:

NOME: JOSÉ AUGUSTO DE LEÃO FRANZATO

CARGO: PRESIDENTE

CPF: 399.845.298-27

ASSINATURA: _____